

A AQUISIÇÃO DA LEITURA DOS DEFICIENTES VISUAIS

MATOS, Amanda dos Anjos de.

amandinhase@yahoo.com.br

SANTOS, Maria Lêda de Oliveira. (Orientadora)

Graduada em Pedagogia pela Faculdade Pio X ,especialista em alfabetização, profª dos cursos de Letras- Português, Pedagogia, Geografia e História da Universidade Tiradentes – UNIT.

leda@itnet.com.br

RESUMO

As reflexões desse artigo centram-se no estudo sobre as características dos deficientes visuais, mostrando como eles adquirem a leitura.

De acordo com o contexto histórico, foi notado que, anteriormente, os portadores de qualquer tipo de deficiência eram vistos como anormais, como seres que não poderiam continuar vivendo, por isso muitos eram sacrificados. Nos dias atuais, o que se tenta é uma maior aproximação entres os portadores de necessidades especiais e as pessoas que são caracterizadas como “normais”.

Os deficientes visuais (DV), ainda que de maneira limitada, hoje já têm o direito de ler e, até mesmo, de escrever através da máquina braile, criada por Louis Braille. O inventor desse método de inclusão social era cego e tentou um meio de tornar as diferenças de pessoas como ele, menos acentuadas, promovendo a oportunidade de os DV conhecerem as realidades do mundo.

Assim, o artigo mostrará a vida dos deficientes visuais, ressaltando que a única diferença dessas pessoas é o fato simples de “não enxergar”. Assim, não é digno excluir um cego de um meio social, vez que ele pode apresentar as mesmas habilidades de qualquer outro ser humano.

A AQUISIÇÃO DA LEITURA DOS DEFICIENTES VISUAIS

A aquisição da leitura do deficiente visual ainda é muito pouco comum. Isso porque, para que uma criança que não enxerga aprenda a ler, é necessário a utilização da máquina em braile. Esse aparelho emite sinais que são apreendidos pelo portador dessa deficiência, auxiliando-o na sua leitura.

A criança excepcional encontra vários problemas na sociedade em que vive. Esses problemas são decorrentes, principalmente, do preconceito que as pessoas normais, ou seja, aquelas que não têm qualquer tipo de deficiência, expõem, muitas vezes sem perceber.

Todos os interessados em conhecer melhor um deficiente visual devem se questionar como deverão tratar uma criança com essa característica. Essas crianças diferem de quaisquer outras apenas por não enxergarem, então se deve tentar tratá-las da mesma forma, evitando, desse modo, discriminação. A forma peculiar de se tratar uma criança especial, por si só, já é uma demonstração de preconceito, que pode interferir profundamente na personalidade, até mesmo por ela já se sentir diferente.

Diante dessa situação, pode-se perceber que as pessoas que têm seus sentidos normais não tentam uma maior aproximação com os deficientes visuais, o que acentua ainda mais a distância entre esses seres. Com isso, o excepcional passa a encarar a sua deficiência como um problema, dificultando o seu convívio com a sociedade.

Como a leitura não é muito difundida para esses deficientes, o mundo deles fica ainda mais restrito, o que dificulta o seu bem-estar, por isso os afasta cada vez mais do meio social.

A leitura, assim como afasta, aproxima as pessoas, pois através dela são abertos novos horizontes, novos canais de comunicação. Ler é um dos melhores meios de socialização, pois está

presente na vida de qualquer ser humano por vários momentos do dia. Então, ampliar a difusão da utilização da máquina em braile para que os deficientes visuais consigam ler é, acima de tudo, um ato de cidadania.

Como esse trabalho está sendo desenvolvido com o objetivo de estimular ainda mais a inclusão social dos portadores de deficiência visual, ele pode ser bastante proveitoso no que diz respeito à conscientização das pessoas sobre as diferenças entre os seres humanos.

Tendo o interesse de o trabalho ser divulgado e retrabalhado, ele pode servir de base para monografias, projetos de ONGS, ou para qualquer tipo de serviço que possa viabilizar a inclusão dos deficientes visuais numa sociedade que se restringe apenas para aqueles que não apresentam qualquer tipo de deficiência física, mental ou visual.

Já que esse tema não é muito explorado, a pesquisa pode ainda servir para despertar a curiosidade desse assunto em algumas pessoas que não detêm um conhecimento prévio acerca do apresentado. Essa curiosidade pode ser despertada apenas por perceber que uma criança portadora de deficiência visual pode ser muito mais desenvolvida intelectualmente do que uma outra que não apresente qualquer tipo de deficiência. Esse simples conhecimento poderá servir para despertar o leitor das suas limitações, e mostrar-lhe que o limite do não enxergar pode ser apenas uma pequena barreira, não muito difícil de ser enfrentada.

Conhecer a capacidade que um “cego” tem de ler é bastante interessante, não apenas para os que enxergam, como também para os próprios deficientes visuais, pois eles, muitas vezes, não têm o conhecimento da sua capacidade, porque não foram informados sobre os recursos existentes para que essa habilidade fosse desenvolvida.

Essa pesquisa, além de poder despertar uma parte da população para enxergar uma realidade, muitas vezes, omissa, poderá ajudar aos próprios deficientes visuais, não apenas porque podem se tornar mais “aceitos” numa sociedade, como também porque pode ajudá-los a ler, talvez, a sua própria história.

Tendo em vista as dificuldades encontradas pelos deficientes visuais, o maior objetivo desse estudo é promover uma maior aceitação da população desses deficientes, mostrando a importância da leitura no processo de inclusão social.

Assim, o trabalho tentará divulgar um pouco mais as características dos deficientes visuais, para que eles sejam melhor compreendidos e respeitados pela sociedade; mostrará a necessidade de todas as pessoas, inclusive as que não têm qualquer problema de visão, de aprender a ler em braile. A pesquisa ainda terá o intuito de investigar as causas da cegueira total e parcial, além de analisar os recursos existentes para que os deficientes visuais aprendam ler.

Estudos posteriores à Segunda Guerra Mundial indicam que são apresentados retardos leves na aprendizagem de crianças com visão parcial e cegueira total. Os problemas acadêmicos das crianças deficientes visuais, normalmente, não são perceptíveis nos primeiros anos de escola, porém com a evolução educacional e o gradativo aumento da dificuldade dos assuntos disciplinares, os problemas especiais da criança cega transformam-se em deficiência educacional, mas não há dados suficientes para provar o desenvolvimento educacional dessas crianças.

Estudando o domínio do braile por crianças cegas de séries específicas, Lowenfeld, Abel e Hatlin (1967) perceberam que o nível da compreensão de leitura dessas crianças era igual ao dos alunos com visão, considerando que alguns cegos necessitam de duas ou três vezes mais tempo de leitura do que o normal para crianças com visão.

A história da pessoa com deficiência varia de cultura para cultura e reflete crenças, valores e ideologias que materializadas em práticas sociais, estabelecem modos diferenciados de relacionamentos entre esta e outras pessoas, com ou sem deficiências. A deficiência apresenta-se como um fenômeno construído

socialmente e, assim sendo, ser ou estar “deficiente” é quase sempre relativo a outras pessoas que são consideradas sem “deficiências.” (Amiralian,1986; Higinio, 1986; Amaral,1994; Bruns, 1997; Dall’Acqua,1997).

Segundo Kirk e Gallagher (2000, p.16), os horizontes de um deficiente visual limitam-se às vizinhanças imediatas, que podem tocar, e a ouvir estímulos. Os autores referidos fazem ainda a seguinte colocação: “Caminhe com os olhos vendados, ou sente atrás de um vidro opaco; terá uma certa noção dos ambientes restritos e percepções limitadas destas crianças”. Colocando-se nessa situação é que realmente uma pessoa que tem a sua visão perfeita, consegue imaginar o mundo dos deficientes visuais, uma vez que a visão é algo tão comum para quem a possui.

Sabendo da necessidade de um maior investimento na educação dos deficientes visuais (DV), desde o final do ano de 2003, todas as universidades, públicas e particulares, deveriam oferecer acessibilidade em suas áreas físicas e nas comunicações para pessoas com deficiência. Essa obrigatoriedade se deve à Portaria nº 3.284/2003, assinada pelo ministro interino da Educação, Rubem Fonseca Filho.

Segundo a AME, essa portaria exige compromisso formal das instituições de ensino superior em manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia e impressora em braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela e outros equipamentos para alunos com deficiência visual.

O Instituto Benjamin Constant (IBC) é a maior fundação que trata de crianças portadoras de deficiência visual. Trata-se de uma instituição federal de educação básica que atende a 519 alunos cegos e atua na formação de professores e produção de materiais em braile. É uma referência nacional pela sua especialidade e, juntamente com o MEC, desenvolve ações de apoio especializado à educação de alunos cegos, visando promover a inclusão social. Hoje está com 151 anos de funcionamento. Esse instituto já ocupou vários prédios, desde a sua fundação. São

eles: prédio Gamboa, prédio da Aclamação, prédio avenida Pasteur, Urca. No começo, as instalações eram feitas em prédios alugados; atualmente é próprio e muito bem localizado, numa área nobre do Rio de Janeiro.

Em 12 de setembro de 1854, o imperador D. Pedro II baixa o Decreto 1428, criando a primeira escola para a educação de cegos no Brasil.

Identifica-se em nosso espírito a importância do fato histórico que ora se opõe diante de nós. Chegamos ao Sesquicentenário de Fundação do Instituto Benjamin Constant. Tal marca de longevidade, sem que seus objetivos primordiais tenham sido abandonados, faz emergir seu passado com a força extraordinária daqueles que o idealizaram, conceberam e legitimaram como uma Instituição Educacional respeitável e fundamental no atendimento de educandos cegos e de baixa visão.(OLIVEIRA, Érica Deslandes Magno – diretora geral do Instituto Benjamin Constant).

Dia 18 de abril de 2002 foi sancionada, pela prefeita Marta Suplicy, a Lei nº 1313, do vereador Roberto Trípoli, que dá providências sobre a propriedade, o registro e transportes de cães-guias em São Paulo.

De acordo com a lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, o portador de DV possui o direito de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

Apesar dos grandes avanços e da atuação do MEC no sentido de promover a inclusão, ainda está longe de se chegar, efetivamente, a uma escola de qualidade para todos. A professora Marilene Ribeiro dos Santos, Secretária de Educação Especial do MEC, diz que a meta é incluir todos os alunos, garantindo um ensino de qualidade para todos, sejam deficientes, pobres, negros ou marginais.

Sabendo que é um processo difícil, a aproximação deve se dar pelo lado afetivo, sendo um trabalho para toda a sociedade, tornando-a mais justa e igualitária. Segundo Marilene, as diferenças devem ser consideradas e respeitadas.

No momento, recomenda-se que os deficientes com grave comprometimento sejam encaminhados às classes especiais. Por enquanto, quem define o grau de comprometimento é o

professor e o diretor em conjunto com os pais, mas está se fazendo um estudo para definir oficialmente este limite.

Já Maria Teresa Mantoan, coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de Diversidade (Leped) da Unicamp, em entrevista à Nova Escola on-line, disse: “A inclusão fará o corpo escolar promover mudanças. O ensino não evolui porque os professores não têm desafios. Agrupar pela diferença é impossível. O que nos iguala é a diversidade”.

A Secretária de Educação Especial do Ministério da Educação explica que a estratégia do governo é colocar todos os alunos nas escolas regulares. Assim, os professores, a escola e a comunidade aprenderão a conviver com as diferenças. Em consonância com essa idéia, assim se manifesta a autora: “Nenhum pai estava preparado para ter um filho deficiente. Ele aprendeu a conviver com o filho a partir desse problema”.

Segundo relatório da ONU, com a educação inclusiva, todos os alunos se beneficiam. Os estudantes com deficiência aprendem a gostar da diversidade; adquirem experiência direta com a variedade das capacidades humanas; demonstram crescente responsabilidade e melhor aprendizagem através do trabalho em grupo, com outros deficientes ou não; ficam melhor preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada: entendem que são diferentes, mas não são inferiores.

Já os estudantes sem deficiência, têm acesso a uma gama bem mais ampla de papéis sociais; perdem o medo e o preconceito em relação ao diferente; desenvolvem a cooperação e a tolerância; adquirem grande senso de responsabilidade e melhoram o rendimento escolar; são melhor preparados para a vida adulta porque desde cedo assimilam que as pessoas, as famílias e os espaços sociais não são homogêneos e que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano.

No estado de Sergipe apenas a Biblioteca Pública Clodomir Silva dispõe de obras em braile. Nela foi montado um espaço recheado de obras em braile e ofereceu cursos de noções básicas do sistema de leitura.

Os CAP's, Centro de Apoio para atendimento às Pessoas com Deficiência Visual, são instalados em parceria com os estados e com o Distrito Federal. Esses centros são equipados com computadores, impressoras braile e laser, fotocopiadoras, gravadores e fones de ouvido, circuito interno de TV, CCTV e máquina de datilografia Braile Perkins. Tem como proposta principal a geração de materiais didáticos pedagógicos, como livros e textos em braile, ampliados e sonoros, para distribuição aos alunos matriculados no ensino regular, bem como a organização de espaços educacionais que sirvam de apoio aos alunos com visão subnormal.

Há dois tipos de deficiência visual: (1) cegos e (2) crianças com visão parcial ou reduzida. Hoje se trabalha um conceito para esse problema que enfatiza os efeitos da limitação visual sobre a habilidade crítica da leitura.

Lowenfeld observou: “Nas últimas décadas, os educadores têm reconhecido que a eficiência funcional da visão, o modo pelo qual uma criança utiliza, é mais importante do que sua atividade visual medida. Conseqüentemente, se tem procurado...uma definição funcional de cegueira.”

Já a autora Barraga (1976) considera três tipos de crianças deficientes visuais: (1) cegas - as crianças que têm somente a percepção da luz ou que não têm visão alguma e precisam aprender a ler por meio do braile e outros meios de comunicação que não estejam relacionados com o uso da visão, (2) com visão parcial-as crianças que têm capacidade de enxergar se os objetos estiverem muito próximos dos seus olhos, (3) com visão reduzida - são consideradas com visão, se esta puder ser corrigida.

Batemam (1967) afirma que, em termos educacionais, crianças cegas são as que empregam o braile, e crianças com visão parcial são aquelas que usam materiais impressos. Ele leva em consideração, para a sua definição, o método que utiliza para aprender a ler.

Em idade escolar, o professor é a principal fonte de identificação de crianças excepcionais, havendo esforços para que os professores tenham, ao menos, o mínimo conhecimento sobre educação inclusiva. Para os educadores, eficiência visual pode ser o fator mais importante para o planejamento educacional, assim como os optometristas também estão preocupados com a eficiência visual, porém pesquisas têm mostrado que não há uma correspondência única entre percepção visual e desempenho educacional.

Quando o problema visual pode ser corrigido com óculos, não se considera uma deficiência visual. Assim, o número de deficientes visuais é bem restrito. Apenas uma, em mil crianças, tem problema visual.

De acordo com os depoimentos dos Deficientes Visuais (DV) entrevistados, eles se sentem prejudicados devido à pouca quantidade de livros técnicos e científicos em braile. Por conta disso, eles ficam dependentes de outras pessoas que enxergam, para que elas leiam ou gravem aulas.

Segundo Klineman (1975), o número de crianças com deficiências múltiplas tendo problemas visuais aumentou no início da década de 70. As epidemias periódicas de rubéola materna têm resultado em grande número de crianças cegas com deficiências múltiplas e cegas-surdas.

No caso de problemas visuais por erros de refração, como a hipermetropia, a miopia e o astigmatismo, apenas uma lente ou uma cirurgia simples pode corrigir o problema e o paciente voltar a enxergar perfeitamente, podendo fazer suas leituras. No caso de quem tem problemas

mais graves, considerados deficiência visual, estes têm que recorrer a meios extras, como o braile para conseguir ler.

Kirk e Gallagher fazem uma observação a respeito do que uma pessoa com visão normal pensa acerca das que não possuem visão.

Todo indivíduo abençoado com visão normal por vezes imagina o que significa ser cego ou ter visão reduzida. É evidente que a adaptação à perda sensorial tem implicações profundamente pessoais, sociais e educacionais. Um programa de educação especial abrangente deve envolver todas as áreas de desenvolvimento e ajustamento. (KIRK E CALLAGHER, 2000, 189)

Estudos têm sido feitos, com o objetivo principal de descobrir como as deficiências visuais afetam as características cognitivas, afetivas e as atitudes. Scholl e Schnur disseram que os pesquisadores não têm encontrado sequer uma reação psicológica específica à deficiência visual, além das reações comuns de estresse e incapacidade. Mas eles mostram que a perda da visão causa: (1) alguma restrição quanto à variedade e profundidade cognitiva. (2) alguma limitação de experiência porque a mobilidade é limitada. Eles defendem que há diferença entre as crianças que nasceram cegas e as que ficaram cegas depois.

De acordo com Lowenfeld (1973), a cegueira limita a percepção e a cognição de três maneiras: (1) quanto à extensão e variedade das experiências; (2) quanto à capacidade de se locomover e (3) quanto à interação com o ambiente.

Não obstante a deficiência visual dificulta outras áreas cognitivas. Acredita-se, também, que um deficiente visual possa ter, por exemplo, a audição mais desenvolvida. Isso pode ocorrer, também, pela necessidade, pois uma pessoa que não enxerga vai tender a prestar mais atenção em sons do ambiente, o que pode levar a se pensar que a audição dessa pessoa é melhor do que a outra que tem boa visão.

Gottesman (1971) fez um estudo sobre o sentido tátil de crianças cegas, fazendo comparações com crianças que enxergam, e percebeu que não há diferença nas respostas dos dois

grupos, o que diz que se pode esperar das crianças com deficiência visual um bom desempenho no seu desenvolvimento, desde que a essa deficiência não estejam associadas outras.

Discordando de pesquisas anteriores, Tillman e Osborne dizem que com seus estudos, perceberam que a inteligência da criança que não enxerga fica comprometida. Apesar de as crianças cegas serem superiores às crianças com visão nos exercícios de repetições de séries de números, elas têm um desempenho pior nos itens que pedem para contar como duas coisas se assemelham. Isso ocorre pela falta de experiência.

A grande quantidade de estudos sobre o desenvolvimento cognitivo sugere que a capacidade das crianças deficientes visuais para ouvir e comunicar-se oralmente tem permitido que desenvolva as suas capacidades intelectuais o suficiente para terem um desempenho dentro da norma nos testes padronizados. (KIRK E CALLAGHER, 2000,p. 193)

Muitas palavras são incluídas no meio vocabular das pessoas, tanto as que enxergam quanto as que não enxergam, por meio do uso da linguagem, então não se deveria haver muitas diferenças na formulação de frases de deficientes visuais e pessoas com visão. O problema é que a criança que não enxerga não consegue, muitas vezes, associar o nome do objeto, fazendo uso de frases sem um conteúdo lógico.

De acordo com os estudos de Reynell (1978), a criança com visão parcial e a cega estavam significativamente atrasadas em todas as dimensões. Ele sugeriu que como a visão domina praticamente todos os estágios iniciais da aprendizagem, que representam as bases para muitos processos intelectuais superiores, então se torna necessário oferecer alguma programação sistemática de experiências para as crianças pequenas cegas. Elas têm de conhecer ao máximo os objetos, tocá-los, ouvir seus nomes, para identificá-los e reconhecê-los.

Em algumas escolas as crianças são encaminhadas diretamente a um oftalmologista ou a um optometrista, quando se tem suspeita de problemas visuais. Já outros distritos escolares

avaliam constantemente os jovens para determinar os que podem ter um tratamento mais específico.

Não generalize aspectos positivos ou negativos de uma pessoa cega que você conheça, estendendo-os a outros cegos. Não se esqueça de que a natureza dotou a todos os seres de diferenças individuais mais ou menos acentuadas e de que os preconceitos se originam na generalização de qualidades, positivas ou negativas, consideradas particularmente. (ATINKINSON Roberto - Adaptação da equipe técnica do IBC e da ABEDEV.)

Existem dois tipos de profissionais que podem dar apoio quanto à descoberta do problema de visão e auxiliar no desenvolvimento de uma criança deficiente visual, são eles: (1) o oftalmologista – médico especialista em diagnóstico e tratamento dos defeitos e doenças nos olhos, (2) o optometrista – examina, mede e trata certos defeitos funcionais de visão através de métodos que não exigem formação em medicina.

O problema maior surge quando a criança deficiente visual começa a encontrar dificuldades e se sentir rejeitada. Esse sintoma aparece normalmente quando elas percebem que suas experiências são limitadas e começam a se sentir dependentes ou inúteis. Nota-se através de depoimentos de crianças cegas, que os professores, comumente, não se preocupam em conhecer os sentimentos delas. Isso faz com que cresça o sentimento de rejeição, pois elas se sentem diferentes.

Para educar uma criança cega não é necessário colocá-la em uma escola especial, o que se deve fazer é preparar o material abordado de maneira que ela possa compreendê-lo. Um exemplo pode ser que o material impresso para essa criança não deverá ser feito em letras comuns, e sim em braile. Deve-se viabilizar os meios para que essas crianças consigam apreender os assuntos.

O aprendizado da criança cega é obtido principalmente através da audição e do tato, mas para ela conhecer o mundo ao seu redor é necessário que ela manipule objetos concretos, para que ela conheça a forma, o peso, a maleabilidade e todas as características palpáveis. É

necessário utilizar outros sentidos para educar essas pessoas. Por exemplo: o tato, a audição, o olfato, o paladar, para que o cérebro dela consiga apreender os cheiros, os sentidos palpáveis, os sons e consigo decodificar, criando uma imagem. É a partir de uma série dessas experiências, quando a criança já estiver com essas idéias bem formadas, que ela deverá começar a aprender a ler, para que, o que ela ler, tenha um sentido concreto em seu cérebro.

O trabalho dos pais é algo bastante importante, e nunca acaba. Eles jamais vão poder achar que sua missão foi cumprida porque seu filho obteve um bom desempenho naquela etapa, pois em cada momento de transformação, é importante a presença dos pais.

De acordo com Kirk e Callagher (2000), os alunos deficientes visuais, sendo matriculados em escolas normais, devem ter o auxílio de um professor consultor. Esse professor deve gastar metade de seu tempo ajudando ao aluno, a outra metade deve ser dispensada às instruções passadas para os pais do cego, para o professor da classe, demais alunos e funcionários. Além do professor consultor, deve-se ter uma sala de recursos, na qual o aluno deverá ser acompanhado por um professor especialista em deficiência visual.

Segundo a Organização das Nações Unidas, no que se refere à educação, à ciência e à cultura (Unesco), o Brasil é o país da América Latina que mais insere alunos com necessidades especiais em escolas regulares, seguido do México e Chile.

De acordo com o Censo Escolar de 2004, 566.753 alunos são matriculados na educação especial, sendo 323.258 na rede pública, ou 57% do total.

O jornal Cinform apresentou uma reportagem dizendo que em 2004, o Ministério da Educação iniciou a distribuição de livros paradidáticos para estudantes cegos do ensino fundamental. Foram beneficiados, desse modo, 3717 alunos de 2128 escolas.

Mesmo o Brasil sendo o país que mais insere deficientes em redes regulares de ensino, segundo o Censo Escolar de 2002, 6 milhões de brasileiros em idade escolar, portadores de algum

tipo de deficiência, não receberam atendimento algum, nem nas escolas e instituições especializadas e, muito menos, nas classes regulares.

São enumeradas várias causas para essa exclusão, como a falta de vagas e estrutura nas escolas, desinformação dos pais e o preconceito social. É comum encontrar escolas pelo Brasil, mesmo as especiais, que desobedecem à Constituição, negando matrícula aos alunos com algum tipo de deficiência, severa ou não.

A Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo lançou um curso virtual que ensina, gratuitamente e de forma descomplicada, a desvendar o mundo escrito dos deficientes visuais. Nely Garcia, professora da faculdade e idealizadora do site, diz que o objetivo é desmistificar esse sistema de leitura escrita, mostrando como é fácil usá-lo.

O meio mais conveniente para que uma criança cega aprenda a ler é através da máquina Braille Perkins e um Optacon, que é uma máquina que transforma a impressão comum em braile. Estudando mapas, por exemplo, não poderia recorrer ao braile, então se faz as linhas em relevo. Um outro modo do braile auxiliar é utilizando-o para escrever o nome do deficiente em um rótulo que será anexado a coisas que estarão espalhadas por onde passou e vai passar.

Utilizando o braile, alunos com deficiência visual, têm acesso a livros, à assinatura, algo tão importante no dia-a-dia. É bastante interessante ressaltar que a pessoa que tem condições de ler com o auxílio do braile, pode ler até mesmo no escuro, algo impossível para quem faz a leitura comum de decodificação das letras.

Sabendo da importância da leitura na vida de qualquer ser humano, é bom pensar que é necessário também para o cego o hábito de ler, afinal o cego não deve ser discriminado por não poder enxergar, pois todos os seres humanos são iguais e devem ter condições de sobrevivência também iguais.

A vontade de ler pode ser despertada em um deficiente visual se ele pensar nas coisas que ele pode fazer, e não nas coisas que não pode, porque são milhares de coisas que essas pessoas podem fazer e apenas algumas que não podem, como o simples enxergar.

Existem alguns recursos que podem ser utilizados para o aprendizado mais eficaz de um cego, não apenas na leitura, como em todo um contexto disciplinar. O uso de papel com linhas em relevo – para que o aluno faça gráfico, o uso de gravadores – para gravar as aulas ou para fazer trabalhos. Sempre será necessário um tempo extra para que um deficiente visual faça as suas atividades, quando esse aluno souber resolver os exercícios bem, alguns exercícios poderão ser pulados.

Para Kirk e Callagher (2000), o braile é um sistema de leitura pelo tato. Esse sistema foi inventado em 1824 por Louis Braille (4 de janeiro de 1809 – 6 de janeiro de 1852), um francês cego que perdeu a visão ainda bem criança, em virtude de acidente por ele mesmo involuntariamente provocado. Ele foi aluno e professor da primeira Escola para Cegos em Paris, fundada por Valentin Haüy. É o meio que permite ao cego expressar-se ou ter informações por escrito.

Os códigos de pontos e traços de Charles Barbier, que são caracteres em relevo, são usados fazendo combinações diferentes de seis pontos, três pontos na altura e dois pontos na largura. Esses símbolos são trabalhados em relevo, em papel manilha grossa, da esquerda para a direita, ao virar-se o papel a leitura é feita no sentido normal, da esquerda para a direita. Normalmente se lê com uma mão e a outra na posição vertical, podendo usar essa mão para adiantar a leitura da linha seguinte. Mesmo sendo criado em 1824, o sistema só foi adotado em 1860.

O uso do Braile Inglês Padrão só foi aceito como um sistema para uso geral em 1932. O braile tem sido desenvolvido em vários níveis de dificuldade, sendo: (1) grau 1 – formado por letras do alfabeto, numerais e pontuação, (2) grau 2 – tem 190 contrações e abreviaturas. Mesmo

um leitor ágil na leitura braile, lerá duas ou três vezes mais lento do que o leitor da impressão comum, sendo esse um dos motivos para se dispensar um tempo maior para que os deficientes visuais desempenhem os seus exercícios.

No Brasil, o sistema Braile é empregado por extenso, isto é, escrevendo-se a palavra letra por letra.

A Comissão Brasileira de Braile, instituída pela Portaria Ministerial nº 319/99, é presidida e mantida pela SEESP, e tem como competências específicas normatizar o uso e o ensino do Sistema Braile no país. As pessoas nomeadas nesta Comissão são profissionais de notável saber na área de deficiência visual, nomeadas pelo Ministro da Educação.

O aparelho usado na escrita do braile é a reglete, havendo vários modelos e materiais para esse aparelho. O braile também é produzido através de máquinas especiais de datilografia, em que é escrito da esquerda para a direita, podendo ser lido sem a retirada do papel da máquina. Outro recurso é a impressora em braile que produz livros.

Tem havido um esforço para acelerar a leitura em braile, isso visa um maior rendimento dos cegos, pois não perderão tanto tempo para ler e apreender o assunto. A máquina de datilografia é muito comum para os deficientes visuais, algo que eles costumam usar comumente e a partir da 4ª série primária, já têm o domínio da máquina, o que não é comum para crianças que enxergam. Porém o esforço de aprender a assinatura deve ser tentado e, conseqüentemente, apreendido.

Pode-se perceber, através do exposto, que a leitura, com toda a sua importância, também pode fazer parte do mundo dos deficientes visuais, viabilizando um mundo melhor para essas crianças.

De acordo com as pesquisas bibliográficas e de campo feitas para a realização desse projeto, pôde-se perceber uma carência muito grande na efetivação dos projetos elaborados pelo

governo. Ficou claro que a grande maioria das instituições que trabalham com o deficiente visual são particulares ou filantrópicas.

Tendo em vista os resultados das pesquisas realizadas, observou-se que a carência dos deficientes visuais quanto ao meio inclusivo é bastante evidente, pois os meios de inserção destes numa sociedade comum são muitos, porém quase nunca são postos em prática.

O maior ponto de partida para uma educação regular foi dado à criação da máquina braile. Porém, o seu uso ainda não é bem difundido, vez que a sua aquisição é inviável, dado o seu alto custo.

Assim, depreende-se que um dos melhores meios de solucionar o problema da falta de acessibilidade do cego à leitura, tornando-o mais sociável, é um maior incentivo financeiro do governo, para que os projetos de inclusão possam ser realizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BIANCHETTI, Lucídio e FREIRE, Ida Mara. Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania-3ªed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

CARVALHO, Rosita Edler. Temas em educação especial. 3ªed.- Rio de Janeiro: WVA Editora, 1998.

GALLAGHER, James e KIRK, Samuel A. 3ªed.- São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GONZÁLEZ, José Antônio Torres. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas; trad.Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002.

Jornal Cinform. Procuram-se usuários. Aracaju, 05 a 11 de setembro de 2005, ano XXIII- nº 1169.

Revista Benjamin Constant, ano 10, nº 28, agosto, 2004.

Revista Benjamin Constant, Edição comemorativa de 150 anos do Instituto Benjamin Constant, setembro, 2004

Revista Benjamin Constant, ano 10, nº 29, dezembro, 2004.

Revista Benjamin Constant, ano 11, nº30, abril, 2005.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005.

STAINBACK, Susan e Willian. Inclusão: um guia para educadores; trad. Magna França Lopes-Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

www.novaescola.com.br. Fala Mestre! Disponível em 26 de maio de 2005.

www.novaescola.com.br. A escrita dos cegos para quem vê. Disponível em 12 de dezembro de 2004.

www.novaescola.com.br. Fala Mestre! Disponível em 24 de maio de 2005.